

DOPICO CAÍNZOS, María Dolores e VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.), *Aut Opressi Sunt... – La intervención de Roma en las comunidades indígenas*, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2021, 448 pp. ISBN: 978-84-8192-578-4.

Recensão submetida a 02 de novembro de 2022 e aprovada a 25 de janeiro de 2023

O Serviço de Publicações da Deputación de Lugo, na Galiza, aceitou o desafio lançado, há alguns anos, por María Dolores Dopico Caínzos e Manuel Villanueva Acuña, docentes de História Antiga no polo de Lugo da Universidade de Santiago de Compostela, para proceder à publicação da coleção *Studia et Acta Antiquae Calaeciae*, sob o nome genérico de *Philtáte*. Logo o nome dá conta do objetivo a alcançar: φίλτατη é, em grego, o superlativo de φίλη, estimado: aí se trataria, pois, das coisas caríssimas, dignas de perene estima!

A caminhada iniciou-se em 2016, com um volume de mui significativo título, *Clausus est Ianus*, dando a entender que, se a porta do templo de Jano se fechou, guerra não há e podemos abarcar o mundo. Apontou-se, pois, para o tempo de Augusto e o quanto o seu reinado contribuiu para a transformação do NW hispânico.

Prosseguiu-se em 2017: *In Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat*, «Nascida em Roma, espalhada pela Itália, pelas províncias corra gota a gota»! O subtítulo foi, pois, «A cidade romana no Noroeste: novas perspectivas», para mostrar que o modelo urbano de Roma, difundido pela Península Itálica, chegara a este extremo ocidental e por cá ganhou raízes.

O tema de 2018 *Sine iniuria in pace vivatur*, «Que em paz e sem ofensas se viva», aponta para a aculturação e também isso sugere o subtítulo «A construção do Império durante os Júlios-Cláudios». Mostrou-se, assim, como, paulatinamente, no decorrer do reinado dos primeiros imperadores, os costumes romanos, nos seus mais variados aspetos, se foram enraizando nas províncias.

E, se os números anteriores reuniram a colaboração de especialistas de procedência diversa, o volume de 2021 é da autoria de Celso Rodríguez Cao e constitui a monografia de um dos mais espetaculares edifícios de *Lucus Augusti*, a chamada *domus* do Mitreu, cujo excelente estado de conservação permitiu, após mui cuidadas campanhas de escavação, a concretização de um sítio musealizado digno de demorada visita.

Finalmente, o n.º 5 da série, datado também de 2021, trata da intervenção do poder central romano nas comunidades indígenas e norteia-se pela frase de Cícero (*In Catilinam* IV, 22): *Aut oppressi serviunt aut recepti beneficio se obligatos putant*: Uma vez conquistados ou bem são completamente submetidos ou bem se lhes concede algum benefício que permita, como contrapartida, a sua colaboração.

Quinze contributos, preparados por investigadores de universidades espanholas, portuguesas, italianas e francesas, foram repartidos em três blocos:

- no primeiro, «agentes da mudança», há as referências àqueles que, de fora ou no âmago das próprias comunidades indígenas, contribuíram para a progressiva transformação de mentalidades e modos de vida;
- analisam-se, no segundo, essas mudanças nos vários domínios: urbanístico, religioso, linguístico, social e identitário;
- apontam-se, no terceiro, exemplos dessas transformações: Ricardo Mar Medina, a propósito da construção da paisagem urbana na *Hispania*, escreve sobre os santuários, os foros e os centros cerimoniais; Santiago Martínez Caballero estuda a monumentalização urbana verificada na *Celtiberia* desde o final da República até à época dos imperadores antoninos; Michel Tarpin salienta a importância que detém a obra de Catão como fonte para o estudo da Transpadana pré-romana; uma larga equipa procura distinguir, a propósito da exploração aurífera no Noroeste (em Teleno e na bacia noroeste do Douro, na área meridional lucense, no Baixo Minho e na *Lusitania*), o que foram os procedimentos comuns e quais as adaptações locais a que foi necessário recorrer.

O volume termina com a indicação dos resumos e palavras-chave de cada intervenção.

Não se me afigura, porém, legítimo dar a maior importância ao que se escreve nos três referidos blocos sem nos quedarmos a ler, com atenção, as reflexões que os precedem, saídas da pena de Fernando Wulff Alonso.

Reflexões que o autor vem depurando de há quatro décadas a esta parte, relacionando o posicionamento individual e coletivo dos ‘súbditos’ romanos em Roma, na Península Itálica e no Império, mostrando o que une e o que distingue o tempo da República e o do Principado, no que concerne ao modo de encarar a identidade. O facto de ter começado a sua investigação por aquela península e de haver analisado melhor as realidades República / Principado permitiu-lhe tecer considerações, que hão de ser tidas em conta. Quiçá esta frase possa resumir o seu aprofundado raciocínio:

«A sabedoria do sistema romano assenta precisamente nas pontes para a cidadania, que estabeleceu a partir de concessões individuais e coletivas [...] e, também, a partir de uma latinidade urbana ligada à possibilidade de acesso dos magistrados à cidadania romana, concebida, neste sentido, como um *status* intermédio» e tal não aconteceu com os súbditos da Península Itálica no século II a. E. C. (p. 39).

Interessante verificar que Fernando Wulff, certamente devido aos pressupostos ideológicos de que parte (imagino eu), não escreve «século II a. C.», mas sim «século II a. E. C.»; à palavra Cristo prefere «Era Comum».

No âmbito do tema «Os agentes da mudança», analisa Juan José Palao Vicente a ação do exército em relação às comunidades indígenas hispânicas, desde 218 a 19 a. C.; a religião e, de modo específico, as dedicatórias a imperadores são vistas como elementos integradores das comunidades indígenas, tanto em *Bracara* como em *Lucus* (texto de Armando Redentor, Dolores Dopinco e Juan Santos Yanguas); Enrique García Riaza alude à secreta esperança (*secreta spes*), que as elites locais alimentavam, de singrarem na ascensão social, esperança amiúde consubstanciada na oferta de objetos simbólicos por ocasião, nomeadamente, de embaixadas diplomáticas – atitude que vamos encontrar, como se sabe, nos nossos dias, em que é costume, por ocasião de visitas de Estado, presentear-se os dignitários.

O capítulo sobre a transformação das sociedades indígenas reflete a preocupação de se apresentar um panorama geral. Assim, duas docentes da Universidade do Minho (Manuela Martins e Fernanda Magalhães) focam as mudanças ocorridas no NW hispânico na transição da República e para o Império; Marta Fernández-Corral e María Cruz González Rodríguez, ambas da Universidade do País Basco, citam testemunhos do Norte da Península para mostrar como o formulário religioso romano depressa se passou a

utilizar, mesmo no culto a divindades indígenas; Gian Luca Gregori e Romeo dell'Era (da Universidade de La Sapienza de Roma) assinalam que só com Domiciano se concretizou a outorga da cidadania aos territórios da zona dos Alpes; Giovannella Cresci Marrone e Anna Marinetti (ambas da Universidade Ca' Foscari, de Veneza) debruçam-se sobre as relações entre o privado e o público institucional no caso da passagem das comunidades indígenas transpadanas para o ambiente romano; Tommaso M. Lucchelli, também da Ca' Foscari, mostra como Roma influenciou, embora não diretamente, a produção monetária da Gália Cisalpina, ainda durante o período republicano.

Queira-se ou não¹, a muito citada passagem do livro *De Oratore* (II, IX, 36), de Cícero, se não verdadeira no seu todo, detém inegável atualidade. Certo é, porém, que, em geral, a citação vem truncada e não se tem em conta a ideia principal veiculada por Cícero, que é a de elogiar a importância sem igual do orador. Ora leia-se:

Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati comendatur?

Sim, a história é testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da vetustade, mas que outra voz, se não a do orador, a tornará imortal?

E não se demora – como nós, hoje, prezamos em nos demorar – no conceito que, ao correr da pena, lhe saiu e tão larga repercussão haveria de ter: «A História, mestra da vida».

Publica-se este n.º 5 de Philtáte em 2021, em plena pandemia, e dá-se a conhecer já em clima de guerra, de invasão dum território autónomo por iniciativa de outro estado vizinho. Também os Romanos progressivamente se foram apoderando dos territórios, por questões estratégicas e, sobretudo, económicas. Como agora. No entanto, se, em 2022, se privilegia o *opressi serviunt* – que o sirvam na opressão –, o Povo Romano, com maior inteligência, preferiu, como os textos deste volume demonstram, o *recepti beneficio se obligatos putant*: que, «tendo em conta os benefícios outorgados, considerem mais prudente a aliança». Que, *mutatis mutandis*, esta História, aqui, fosse *magistra vitae* é o que nos apeteceria augurar!

¹ Fernando Catroga, «Ainda será a História Mestra da Vida?», *Estudos Ibero-Americanos*, edição especial, n.º 2, 2006: 7-34.

Sintomática, a imagem escolhida para a capa do volume: a do bem entrincheirado castro de Viladonga (Lugo), cuja existência permaneceu desde o século IV a. C. ao V da nossa era. Um milénio quase! Em lenta e singular interpenetração de culturas. Exemplar, ousaríamos dizer!

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

jde@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

